



COMITÊ BRASILEIRO
DE CLUBES



Processo NLP nº 033/2017

Carta Convite nº NLP 005/2017.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente no CBC.

Resposta ao Recurso.

Recorrente: Maciel Auditores S/S

Sr. Presidente,

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa MACIEL AUDITORES S/S, contra a decisão desta Comissão de Aquisição que declarou vencedora a empresa CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP da Carta Convite nº NLP nº 005/2017.

Relatório:

Em suas razões a empresa MACIEL AUDITORES S/S alega, em síntese, que a empresa CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP teria em seu quadro societário parte comum em relação aos sócios da empresa Staff Auditoria e Assessoria EPP, esta última que teria sido punida com o impedimento de licitar e contratar pelo período de 2 anos, requerendo, dessa forma, a extensão da penalidade para impedir a contratação da empresa CONTROL.

Em sede de contrarrazões a empresa CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP rebate os argumentos da recorrente no sentido de que há equívocos de interpretação da legislação e jurisprudência na peça recursal da empresa MACIEL.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica opina da seguinte forma, conforme se depreende do parecer de fls. nº 639-640 dos autos:

- a) que a Carta Convite em apreço foi instaurada com fundamento do Regulamento de Compras e Contratações do CBC e que, assim, um licitante somente estaria impedido de participar do certame se punido nos termos do próprio Regulamento;



COMITÊ BRASILEIRO
DE CLUBES



- b) que a licitante CONTROL não está cumprindo qualquer punição de impedimento e estender a penalidade de outra empresa a ela somente seria possível através da desconsideração da personalidade jurídica, o que só se admite em caso inequívoco de fraude;
- c) que o fato de haver um sócio em comum não cria a possibilidade de que a punição seja ampliada.

É o relatório. Passamos a opinar.

Inobstante os argumentos trazidos à baila pela recorrente, infere-se que razão não lhe assiste, sobretudo porque não restou comprovado qualquer desvio por parte desta Comissão de Aquisição no tocante ao julgamento proferido por ocasião da realização da sessão da Carta Convite sobredita.

Ao contrário do que quer fazer crer a recorrente, esta Comissão de Aquisição não vislumbra haver qualquer elemento que possa afastar a empresa CONTROL do certame em curso.

É certo que a presente Carta Convite é regida sob os termos do Regulamento de Compras e Contratações do CBC ("RCC do CBC"). Certo é, também, que o edital da Carta Convite estabelece em seu item 3.1 as condições para participação deste certame, senão vejamos a redação do referido item:

"3.1. Não poderão participar deste Convite indivíduos ou empresas declarados inidôneos por qualquer órgão público ou suspensos do direito de participar dos processos seletivos do CBC e de suas entidades filiadas (nos termos dos arts. 48, III e 50, III, do RCC do BC)." (Grifo de agora)

Nessa esteira, esta Comissão de Aquisição verificou a condição de participação da empresa CONTROL através de consulta ao CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔEAS E SUSPENSAS (CEIS), assim como a condição das demais empresas participantes, conforme se depreende do teor da Ata da Sessão da Carta Convite, não havido encontrado nada que pudesse afastar tanto a empresa CONTROL, bem como as demais licitantes.



COMITÊ BRASILEIRO
DE CLUBES



Frise-se que o CEIS é um banco de informações mantido pela Controladoria Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

Ora, não havendo qualquer restrição relativa à empresa CONTROL naquele banco de informações, resta incontestado que a condição de participação estabelecida no item 3.1 do instrumento convocatório foi cabalmente cumprida por parte da ora recorrida.

Por outro turno, cumpre assinalar que a empresa STAFF é estranha ao presente certame e, sobre a referida empresa, em que pese os argumentos da recorrente, esta Comissão entende que a penalidade aplicada à mesma não prejudica o exame inerente à condição de participação da empresa CONTROL nesta licitação. Com efeito, o fato de haver um sócio em comum entre empresa estranha ao presente processo e a empresa CONTROL não configura afronta a nenhuma exigência estabelecida no instrumento convocatório. Dessa forma, não há que se falar em punição à empresa recorrida com base nesse ponto alegado pela recorrente.

Demais disso, a empresa CONTROL cumpriu todas as exigências de HABILITAÇÃO, assim como as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório e, ainda, apresentou a proposta mais vantajosa para esta entidade, razão pela qual não haveria de ser outra a decisão desta Comissão de Aquisição, senão declará-la vencedora do certame.

No que tange ao suposto expediente de fraude por parte da ora recorrida, não há na peça recursal da recorrente qualquer elemento que convença esta Comissão de Aquisição a rever sua decisão, sobretudo porque a empresa CONTROL cumpriu, como já asseverado acima, todas as exigências do edital, não havendo qualquer flagrante de sua conduta no curso deste certame que caracterize a fraude aludida pela ora recorrente. Ora, ausente a conduta da fraude alegada, caem por terra todos os argumentos inerentes à desconsideração da personalidade jurídica para estender penalidade relativa à empresa estranha ao presente processo.

Por fim, resta frisar que esta Comissão de Aquisição examinou a documentação e propostas das empresas participantes do certame em estreita observância às exigências estabelecidas no edital da Carta Convite NLP nº 005/2017, assim como aos termos do



COMITÊ BRASILEIRO
DE CLUBES



Regulamento de Compras e Contratações do CBC, tendo proferido sua decisão de forma objetiva e sem qualquer afronta aos termos de ambos os diplomas em comento.

Diante do exposto, esta Comissão de Aquisição remete os autos do processo à Autoridade Competente para decisão final, entendendo, desde logo, não haver decisão a ser reformada, bem como não ter sido verificado qualquer descumprimento ou desvio às regras do presente certame por parte da empresa CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP, tal como apontado pela Recorrente, sugerindo seja mantido, salvo melhor juízo, o julgamento proferido constante da ata de realização da sessão da Carta Convite NLP nº 005/2017.

Campinas, 04 de maio de 2017.

DELVAIR RODRIGUES TRINDADE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AQUISIÇÃO

EDILSON NOXAIS DE SOUZA
MEMBRO

WAGNER BARBOSA SANTANA
MEMBRO



COMITÊ BRASILEIRO
DE CLUBES



Processo NLP nº 033/2017


Carta Convite nº NLP 005/2017.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente no CBC.

TERMO DECISÓRIO

Nos termos do art. 18 do Regulamento de Compras e Contratações do CBC e ante as razões expostas no Parecer Jurídico de fls. 639-640, e, ainda, com base nas informações prestadas pela Comissão de Aquisição, cujos fundamentos adoto como razão de decidir, conheço do recurso interposto pela Maciel Auditores S/S para, no mérito, negar-lhe provimento.

Campinas, 04 de maio de 2017.


Jair Alfredo Pereira
Presidente do CBC